CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Aquisição de serviços de certificação energética de edifícios municipais – Pavilhão Gimnodesportivo, Pavilhão Multiusos e Piscina Municipal

CPV: 79132000-8 – Serviços de certificação

ÍNDICE

PARTE I – Cláusulas jurídicas

Cláusula 1.ª Objeto

Cláusula 2.ª Preço base

Cláusula 3.ª Contrato

Cláusula 4.ª Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços

Cláusula 6.ª Objeto do dever de sigilo

Cláusula 7.ª Preço contratual

Cláusula 8.ª Condições de pagamento

Cláusula 9.ª Penalidades contratuais

Cláusula 10.ª Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.ª Modificações do contrato

Cláusula 12.ª Resolução por parte da entidade adjudicante

Cláusula 13.ª Resolução por parte do prestador de serviços

Cláusula 14.ª Seguros

Cláusula 15.ª Foro competente

Cláusula 16.ª Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 17.ª Contagem dos prazos

Cláusula 18.ª Legislação aplicável

PARTE II – Requisitos gerais e especificações técnicas

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Secção I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de serviços de certificação energética de edifícios municipais – Pavilhão Gimnodesportivo, Pavilhão Multiusos e Piscina Municipal**, **cujas características técnicas estão patentes na PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.**

Cláusula 2.ª

Preço base

O preço base do presente procedimento é de **9.200,00€** (nove mil e duzentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, considerado como parâmetro base do preço contratual, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, durante o seu período de vigência.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões das peças do procedimento identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos desde a data de celebração do contrato escrito e pelo prazo de 60 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta e de acordo com PARTE II – **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas** do caderno de encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. A não execução das quantidades previstas, no prazo definido para o presente contrato, independentemente da causa, não implica qualquer pagamento pela entidade adjudicante.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega e validação das respetivas faturas as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço em causa, nos termos do previsto na PARTE II - **Requisitos Gerais e Especificações Técnicas do presente caderno de encargos**.
3. As faturas em causa devem conter os elementos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, mencionado, igualmente para o efeito o número do procedimento de contratação, bem como o número de compromisso (requisição externa de despesa) e deverão ser emitidas em nome do Município de Fafe.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, até ao dia 31 de dezembro de 2020, os cocontratantes devem utilizar mecanismos de faturação previstos no artigo 299.ºB do Código dos Contratos Públicos, ou seja, as faturas devem, obrigatoriamente, ser remetidas eletronicamente, através do endereço de correio eletrónico fatura.eletronica@cm-fafe.pt, devendo o respetivo email conter, em anexo, um ficheiro PDF assinado e um ficheiro XML no formato UBL 2.1. (modelo CIUS-PT).

   i) Sendo obrigatório a partir de 30 de setembro de 2021, todas as faturas em XML e PDF enviadas por via eletrónica têm de passar a conter uma assinatura digital qualificada para serem consideradas legais, e cumpra as diretrizes do Despacho n.º 133/2021-XXII, relativo ao Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.

   ii) Ou provisoriamente, ficheiro PDF enviadas por via eletrónica com assinatura digital qualificada para o endereço contabilidade@cm-fafe.pt, até que a Entidade Adjudicante avise que já não deverão optar por esta 2.ª vias.

   iii) Ressalva-se que não deverão ser remetidas simultaneamente faturas pelas duas vias e não serão aceites faturas PDF sem assinatura digital qualificada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de **transferência bancária**.

6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas e elementos, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Fafe pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços ou periodicidade de execução das tarefas objeto do contrato, até 5% do valor de adjudicação por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Fafe pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor de adjudicação.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Fafe tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Fafe pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Fafe exija uma indemnização pelos danos causados, bem como por quaisquer coimas ou outras sanções pecuniárias que lhe venham a ser aplicadas em virtude de incumprimentos do prestador de serviços.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua resolução imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

Cláusula 10.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª

Modificações do contrato

O Município de Fafe poderá modificar unilateralmente o presente contrato, tendo por fundamento uma decisão/orientação do Estado, em face da pandemia do COVID-19.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, quando haja atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a quatro dias.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, relativo à prestação de serviços.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 8 dias.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II – Requisitos Gerais e Especificações Técnicas

Aquisição de serviços de certificação energética de edifícios municipais – Pavilhão Gimnodesportivo, Pavilhão Multiusos e Piscina Municipal

1 – Objetivo

A certificação dos edifícios implica que sejam realizadas as seguintes etapas:

- Avaliação Energética do Edifício;
- Simulação Energética do Edifício;
- Avaliação do Desempenho Energético de acordo com o RECS - Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços;
- Definição da Classe Energética;
- Emissão do Certificado Energético.

2 – Faseamento e descrição dos trabalhos

Apresenta-se em seguida as fases mais relevantes do processo de certificação e uma breve descrição das tarefas a desenvolver:

2.1 Análise de Informação (Gabinete)

Receção de toda a informação/documentação necessária à realização dos trabalhos a desenvolver, conforme descrito no ponto 3.

Análise crítica e estudo de toda a informação disponibilizada pelo Município.

2.2 Preparação da Fase Avaliação Energética (Edifício)

Avaliação das condições gerais do edifício, em termos estado de manutenção e conservação dos equipamentos instalados, avaliação das condições de funcionamento, manutenção e higiene dos sistemas AVAC, avaliação da real situação das zonas de captação e exaustão do ar viciado.

Identificação e clarificação de eventuais incoerências entre a informação fornecida pelo Município e a realidade do edifício.

Identificação dos locais do edifício onde é possível efetuar medições.

Caracterização das diferentes zonas a considerar nos balanços energéticos em função das suas especificidades.

Planeamento e calendarização dos trabalhos a serem realizados na fase de auditoria.

Aquando do reconhecimento do local e durante a recolha de dados em campo, as equipas devem ser acompanhadas de técnicos da manutenção.

Quantificação e caracterização dos principais equipamentos consumidores de energia elétrica e térmica por zona do edifício.

Registo dos valores relevantes para caracterização do estado de funcionamento dos equipamentos.

Desagregação da utilização de energia por cada um dos principais vetores de consumo de energia elétrica e/ou térmica.

Avaliação dos pormenores construtivos e controlo dimensional do edifício, confrontando os dados obtidos com os elementos facultados.

Registo de todos os horários típicos de ocupação, por zona do edifício, funcionamento de equipamentos e de iluminação.

Análise detalhada dos Planos de Manutenção Preventiva.

Verificação da competência profissional dos elementos intervenientes na manutenção dos edifícios e seus sistemas, nomeadamente do TIM - Técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas.

Avaliação das condições de conforto interior.

2.3 Simulação Dinâmica do Edifício

Elaboração do Modelo de Simulação Dinâmica, determinação dos consumos específicos globais por zona, verificação do cumprimento dos regulamentos em vigor.

Determinação do consumo global do edifício.

2.4 Relatório da Auditoria e Classificação Energética

Cálculo do IEE – Indicador de Eficiência Energética, obtido por simulação e determinação da classe energética por comparação com o IEE de referência.

2.5 Emissão do Certificado Energético.

3 – Elementos Necessários à Execução do Trabalho

3.1 - Dados existentes relativos aos sistemas técnicos instalados, com informação técnica suportada em catálogos da própria marca.

Listagem de todos os equipamentos com consumos significativos de energia com indicação da potência, tipo de energia consumida e períodos de funcionamento, identificando os equipamentos que eventualmente possam ser considerados como fontes poluidoras, quer no interior quer na imediação do edifício em análise.

3.2 - Projetos das seguintes especialidades, atualizados e preferencialmente em formato digital:

3.2.1. - Projeto de Arquitetura / Estruturas, incluindo caracterização das envolventes opacas e não opacas, envidraçados e respetivos sistemas de sombreamento, descrição de edificações implantadas nas proximidades do edifício em análise.

3.2.2. - Projeto de Instalações Mecânicas, nomeadamente:

Projeto de AVAC, incluindo: peças desenhadas, memória descritiva e condições técnicas, planos de manutenção preventiva, relatórios de eventuais análises à eficiência dos equipamentos produtores de energia, descrição dos sistemas de produção de água quente sanitária existentes, relatórios dos ensaios realizados, receção provisória ou definitiva da instalação, catálogos técnicos dos equipamentos instalados.
Sistemas de Produção de Água Quente/Refrigerada
Sistemas de produção de AQS e respetiva distribuição
Sistemas de Ventilação Mecânica;

3.2.3 - Projeto de Instalações Elétricas, nomeadamente:
Sistema geral de distribuição de potência elétrica
Esquema de Quadros gerais e parciais
Sistema de iluminação
Projetos de iluminação interior e exterior dos edifícios, detalhando o período de funcionamento e os níveis de iluminância estabelecidos em projeto.
Caso exista algum sistema de controlo da iluminação, indicar quais os valores de parametrização do mesmo.

3.4 - Sistemas de Gestão de Energia
Fornecimento de toda a informação recolhida pelo Município através de sistemas de medição e controlo, sejam estes individuais, instalados em zonas específicas do edifício ou globais.

3.5 - Sistemas de Gestão da Manutenção
Plano de Manutenção Preventiva da instalação e dos equipamentos de cada edifício, de acordo com as exigências regulamentares.
Evidências da competência profissional dos elementos intervenientes na manutenção do edifício e respetivos sistemas, nomeadamente: técnico ou técnicos responsáveis pela execução das tarefas de manutenção nos sistemas dos edifícios (TIM).

4 – Exclusões
Consideram-se excluídas do âmbito do presente procedimento as seguintes situações:
4.1 - Levantamento dos projetos de arquitetura, sistema de AVAC e sistema elétrico, no caso de estes não existirem, ou estarem manifestamente desatualizados ou incompletos.
4.2 - Acompanhamento da implementação das medidas aconselhadas no PDEE.
4.3 - Trabalhos de construção civil eventualmente necessários para averiguação das características dos elementos constituintes do edifício.
4.4 - Estudos de co-geração ou outros não diretamente relacionados com as medidas de eficiência energética duma forma direta.
4.5 - Elaboração do plano de manutenção preventiva.

4.6 - Taxas do SCE de emissão de Certificados Energéticos.

5 – Prazos de Execução

60 dias após a outorga do contrato.

6 – Cronograma financeiro

20% na outorga do contrato, a 30 dias da data da fatura;

70% com a entrega dos relatório de auditoria energética

10% com a entrega dos certificados energéticos

O Presidente da Câmara,

Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes

Assinado de forma digital por Antero da Silva Oliveira Barbosa Fernandes
Dados: 2022.03.16 18:44:48 Z